

Na Rede Social: Os movimentos sociais na atualidade¹

Augusto Infanti Ribeiro da Costa,
Helena Vieira Cardoso e
Patrick James Medina²

RESUMO

O trabalho pretende apresentar o debate contemporâneo acerca dos movimentos sociais e procurar mostrá-los na prática descrevendo alguns dos movimentos sociais mais atuais. A partir do desenvolvimento da bibliografia que determina o conceito de movimentos sociais analisar-se-ão descrições de pontos centrais no funcionamento destes movimentos na atualidade. Características como funcionamento em rede e o ciberativismo estarão presentes e serão das mais marcantes entre os movimentos a serem descritos ao fim, a saber, os Anonymous e os black blocs, grupos centralizadores dos protestos de junho que se mantiveram presentes nas manifestações nos meses decorrentes.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Ciberativismo; Informatização.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo traçar um panorama dos estudos sobre movimentos sociais dentro da sociologia política até o momento, enfatizando o trabalho de Scherer-Warren (2012) em seu modelo de redes emancipatórias para caracterizar o funcionamento dos movimentos sociais contemporâneos assim como o chamado *ciberativismo*, principal ferramenta de que estes se utilizam para se organizar e se comunicar hoje em dia. Buscar-se-á, ainda, ligar esta nova teoria dos movimentos sociais à realidade brasileira da atualidade, buscando exemplos nos quais

¹ Este trabalho foi realizado para a disciplina, ministrada pelo Prof. Dr. José Pedro Simões Neto, de Teoria Sociológica III do curso de bacharelado de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Alunos do Curso de Graduação de Ciências Sociais no Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

se percebe o funcionamento das redes emancipatórias assim como do *ciberativismo*.

Os primeiros capítulos são exposições acerca das teorizações sobre mobilizações sociais, buscando em diversas bibliografias o desenvolvimento de termos base e a evolução do funcionamento, assim como do estudo em movimentos sociais. Posteriormente, no quarto capítulo, buscaremos enfatizar o uso empírico dessas teorias abordando os que entendemos ser os principais movimentos sociais após as manifestações de Junho de 2013, a saber, os black blocs e os Anonymous; colocando o debate de quais são as características mínimas para a designação de movimentos sociais e como o que pode parecer, em um primeiro momento, estranho, é em realidade o advento de novas características para o estudo de movimentos sociais.

A escolha dos dois grupos foi feita a partir da grande ênfase dada pela mídia às duas formas de organização, especialmente no que concerne ao debate sobre de que forma estes viriam a funcionar, em que debate se incluíam e quais nomenclaturas os caracterizariam. Ao mesmo tempo, se percebe que muito das manifestações de julho ou do inchaço de manifestos em rua após essa ênfase foi organizado por páginas eletrônicas e grupos os quais se autointitulam Anonymous e black blocs; além da forte presença nas manifestações de rua de pessoas que se identificam e mesmo se caracterizam como participantes dos dois grupos.

Capítulo I: Conceitos e vicissitudes dos movimentos sociais no Brasil pós-ditadura

No decurso da história nacional, sempre houve, em decorrência de contradições, conflitos e insatisfações de determinadas parcelas da sociedade, a existência de mobilizações sociais. Como fruto de uma convocação de vontades de atores da sociedade civil em determinado contexto, os movimentos sociais se reconfiguram ao longo dos anos, adequando-se a novas demandas e a novos valores.

Para fins de análise das vicissitudes na dinâmica das manifestações coletivas, desenvolveu-se, em meados da década de 1960, uma teoria sociológica voltada especificamente para este tema. A Teoria dos Movimentos Sociais, influenciada pelos acontecimentos da década como, por exemplo, os eventos de 1968 na Europa, subdividiu-se em duas vertentes distintas de abordagem. A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), fundamentada em uma corrente de pensamento funcional-estruturalista, enxerga a ação coletiva em sua expressão mais racional e estratégica. Tal corrente enfatiza a relação dos indivíduos com o Estado, e suas demandas por maior distribuição de bens coletivos e participação política. A TMR visualiza o ator social de modo instrumental e renega o emocional e as ideologias

coletivas. Por outro lado, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), com um viés neomarxista, traz o foco de sua discussão ao poder transformador dos indivíduos e ao “caráter não ou anti-institucional destes atores, fundada no fato de que estes buscam a construção de uma autoidentificação ou defesa de uma identidade específica” (SELL, 2006, p. 189). A TNMS, em contraposição à TMR, se fundamenta como uma teoria de mudanças nas estruturas culturais e na vida coletiva, considerando aspectos simbólicos e de agnição.

No Brasil, a teoria dos novos movimentos sociais ganhou destaque especial, principalmente no que concerne à análise das mobilizações após o regime militar, cuja extinção possibilitou a reorganização da sociedade, na qual cidadania e participação política passaram a ser sinônimos e na qual “novos sujeitos e atores em movimento, embora com objetivos e perspectivas diferenciadas, juntavam-se em prol da garantia dos direitos e em contraposição à cultura autoritária” (JEZINE, 2006, p. 89). Dentre os movimentos que ganharam destaque nessa época, ressalta-se o movimento sindical e os movimentos populares. Em contraste com o movimento estudantil e guerrilheiro de resistência ao regime militar, os quais atuavam, em grande parte, na clandestinidade e “longe da política formal” (SELL, 2006, p. 197), ainda que o enfoque fosse essencialmente político, os movimentos pós-ditadura demandam a garantia e manutenção dos princípios democráticos, bem como uma postura mais ativa do Estado, no que concerne à resolução dos problemas sociais. Toda a repressão vivida durante a ditadura se esvai em novas possibilidades de solução dos problemas, tais como sindicatos e associações comunitárias, às quais o indivíduo pode voltar-se para resolver determinadas adversidades.

Com o avanço da democratização, as mobilizações sociais passaram a interagir ainda mais com o governo, fato que aponta para uma possível “institucionalização” dos movimentos. Essas ações coletivas seriam estruturadas e obedeceriam a alguma lógica de racionalidade. A partir da década de 1990, passou a ocorrer uma gradual profissionalização das atividades de entidades ligadas à mediação dos conflitos sociais. Como exemplo clássico dessa situação, temos o caso das Organizações Não-Governamentais (ONGs), inicialmente atreladas aos programas de educação básica nas periferias das grandes cidades. Após o ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) no Rio de Janeiro, as ONGs passaram a buscar maior autonomia e “interação com as agências estatais” (SELL, 2006, p.199).

Característica peculiar desse período é a forma de planejamento das mobilizações sociais, organizadas como redes de movimentos sociais não hierárquicas e pouco formalizadas entre parcelas ou grupos das sociedades unidos em prol de uma solidariedade comum. Tem-se, como exemplo, o “movimento pela

ética na política”, ocorrido em 1992, o qual culminou no *impeachment* do então Presidente Fernando Collor de Mello. Ademais, as movimentações sociais da última década do século XX, como representantes dos anseios da sociedade, passaram a atuar de forma positiva junto ao Estado. Conselhos e fóruns foram criados com o intuito de incluir as entidades de mobilização na idealização e no desenvolvimento de políticas públicas. Dessa forma, os movimentos sociais acabam por criar uma “dupla face”. Ao passo que continuam a pressionar o governo com as demandas da população, tendo mais abertura de participação e ocupando um lugar importante na formulação de políticas públicas, também sofrem certo processo de “burocratização”, que, sob o ponto de vista de uma crítica neomarxista, acarreta em “sua adequação às propostas do neoliberalismo” (JEZINE, *op. cit.*, p. 92).

Atualmente, o debate acerca dos movimentos sociais ganhou dois novos pressupostos que influenciam largamente a maneira como são compreendidos: a globalização e a perpetuação de condutas pós-materialistas inspiradas pelo processo de modernização. Quanto à globalização, leva-se em conta não apenas as mudanças de perspectiva econômica, mas todas as alterações nas esferas religiosas, culturais e políticas. Criam-se novos atores políticos que ultrapassam as fronteiras nacionais e pretendem ter a chance de influir na dinâmica global em questões como os direitos humanos e a defesa do meio ambiente, característica ainda mais aguçada pelas frequentes conferências mundiais e o rápido desenvolvimento das redes de comunicação virtual. Juntamente com a questão da globalização, outra modificação profunda e gradual contribuiu para a reinvenção das práticas de ação coletiva e individual: a modernização e, com ela, os ecos na vida pública de concepções pós-materialistas adotadas no âmbito da vida particular. O desenvolvimento individual de valores pós-materialistas referentes à emergência por uma maior autoexpressão, autonomia e apuração de uma identidade estaria instigando alterações no conjunto de valores sociais, na cultura e, inclusive, na política. Essa evolução individual estaria gerando cidadãos mais críticos e participativos, bem como pessoas mais tolerantes com as diferenças e intolerantes a diversas formas de preconceito e subjugação. A respeito disso, Ronald Inglehart teceu a chamada Teoria do Desenvolvimento Humano,

a qual identifica que, a despeito das significativas diferenças culturais existentes entre as nações, uma mudança nos valores estaria ocorrendo associada ao desenvolvimento econômico experimentado, a partir da segunda metade do século XX, principalmente pelas sociedades industriais avançadas ou pós-industriais. Tal mudança estaria provocando alterações profundas no campo religioso, no mundo do trabalho, nas relações de gênero, nas normas sexuais e na atividade política (RIBEIRO, 2008, p. 104).

Naturalmente, a globalização e a modernização, como acontecimentos mundiais, possuem seus críticos. Adotando uma dinâmica defensiva, alguns movimentos sociais se posicionam contra os conflitos gerados pela mundialização das relações sociais, políticas e econômicas. Entretanto, há também, nesse círculo, movimentos sociais de cunho fundamentalista que defendem uma postura xenófoba, nacionalista e/ou fortemente individualista.

As manifestações coletivas da atualidade acompanham o avanço da globalização, figurando-se, cada vez mais, como movimentos horizontais e descentralizados, cujos objetos já não focam apenas uma causa, mas ampliam e integram interesses que transcendem às demandas objetivas. Assim, as mobilizações contemporâneas já não buscam alterar radicalmente as estruturas políticas, sociais e econômicas, adequando-se, cada vez mais, aos pressupostos da democracia e do neoliberalismo. Seu foco é o desenvolvimento de uma cultura e uma forma de vida coletiva que possa abranger todos os grupos sociais e todas as identidades.

Assim, os movimentos sociais, hoje, são fruto de uma história de repressão, democratização, modernização, individualização e globalização. Fazem-se de interconexões entre o passado e o presente, dialogando com “os vários desenhos de sociabilidades neles configuradas, algumas emancipatórias e outras subservientes” (SOUSA in SCOCUGLIA, JEZINE (org.), 2006, p. 104) e surgindo com novas formas de mobilização, as quais agregam uma multiplicidade de identidades e causas, bem como possuem, com a expansão da globalização e da tecnologia de informação, alcance no âmbito mundial.

Capítulo II: Redes emancipatórias

Como mostrado por Manuel Castells, no que chama de “a sociedade de redes”, o associativismo localizado e os movimentos sociais de base local percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos, a partir das mesmas identidades sociais e políticas, para ganharem visibilidade, produzirem um maior impacto na esfera pública e conquistarem seus objetivos (apud SCHERER-WARREN, 2012). Desenvolve-se a esfera da mediação e busca-se construir redes de movimento de relativa autonomia.

Nas sociedades contemporâneas e da informação, devido ao alto grau de autorreflexividade dos sujeitos e das próprias organizações, há uma maior circulação de indivíduos, de ideias e circuitos de solidariedade interorganizacional, flexibilizando os modelos organizacionais tradicionais, dando origem a ações sob a forma de redes sociais e coletivas (MELUCCI apud SCHERER-WARREN, 2012, p.20).

Utilizando o conceito de redes sociais, em um sentido amplo, o qual trata de uma comunidade onde os atores são considerados como nós de uma rede, ligados entre si pelos seus laços de interação, chega-se ao conceito de movimentos sociais como redes sociais complexas. Como desenvolvido por Bruno Latour (2012), a rede é como uma lógica de conexões infinitas, definidas e mediadas por agências internas, os atores os quais a formam e influenciam ao mesmo tempo em que esta os molda. Assim visto, os movimentos sociais transcendem as organizações delimitadas e conectam o que pode ser visto como sujeitos individuais e atores coletivos, ou seja, cada nó da rede é um indivíduo que atua dentro do coletivo, sendo moldado ao mesmo tempo que moldando, e se organizando em torno de identidades comuns. O conceito de movimentos sociais na sociedade contemporânea como tratado por Ilse Scherer-Warren (2012) está em consonância com esta forma reticular de se tratar a coletividade. Essa teorização acerca dos movimentos sociais continua em concordância com as visões mais tradicionais ao considerar como pontos centrais: 1) uma identidade construída coletivamente em torno de interesses e valores comuns; 2) a definição coletiva de um campo de conflitos; e 3) a construção de um projeto de transformação sociocultural.

Assim, a rede de movimento social refere-se à articulação entre os vários atores e organizações. “Essa articulação pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sociais e/ou sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” (SCHERER-WARREN, 2012, p. 25). O movimento social, então, é caracterizado como uma rede de caráter político a partir da construção de uma identidade coletiva, definindo conflitos, adversários e projetos de mudanças resultantes da interação entre as múltiplas articulações da sociedade. As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados, de níveis locais e globais em diferentes tipos de organizações, e possibilitam o diálogo entre essa diversidade de interesses. Ainda que não estejam isentas de conflito, o encontro das reivindicações com diferentes aspectos da cidadania vem permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural.

Crescem, desta forma, as redes de movimentos sociais, as quais são redes interorganizacionais juntando associações de pequena escala e de grande escala, mas que, nas mobilizações públicas, aumentam consideravelmente com a presença de outros participantes, todos em busca de meios materiais e políticos para que os indivíduos possam agir segundo sua escolha.

De acordo com Boaventura Santos (apud SCHERER-WARREN, 2012) o potencial antissistêmico de qualquer movimento social está na sua capacidade de articulação com outro

movimento e, para que isso seja possível, é necessário que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis. Este trabalho de tradução visaria a esclarecer o que une ou separa os diferentes movimentos e suas práticas, de forma a determinar as possibilidades e os limites de articulação entre eles. Scherer-Warren (2012) vai dizer que esse encontro de diversidades dos movimentos representa também uma possível fragilidade das lutas, devido à fragmentação e à efemeridade, contudo é um avanço no reconhecimento entre sujeitos e entre organizações, criando uma democratização e subjetivação das relações sociopolíticas.

Capítulo III: Ciberativismo

Com o avanço da tecnologia nos últimos anos e o surgimento de novos meios de comunicação, percebe-se uma nova forma de articulação no interior dos movimentos sociais, caracterizada pelo uso de ferramentas inovadoras, tais como as redes sociais, o uso de e-mails, petições, jornais digitais e vídeos para pautar suas reivindicações e alcançar mudanças sociais. A nossa era é dominada pela tecnologia e marcada pela facilidade de receber informação a qualquer instante. Os movimentos sociais, desde os anos 90, se utilizam de novos meios de comunicação para promover suas causas e informar o maior número de pessoas possíveis acerca de assuntos políticos, sociais, ecológicos, etc. Esta nova forma de engajamento político e social tem sido comumente chamada de *ciberativismo*. “Buscando a veiculação de um ideal através de uma mídia de grande alcance, é o ativismo contemporâneo praticado em rede, através da internet” (STRESSER, 2010, p. 2).

O *ciberativismo*, ou ativismo digital, revolucionou o modo como os movimentos sociais se organizam e transmitem suas mensagens ao resto da sociedade. A realização de ações políticas e coletivas como protestos, boicotes, ocupações e marchas, os quais se tornaram uma ferramenta valiosa para a contemplação das demandas dessas mobilizações, pressupõe a reunião de várias pessoas. Uma das razões entre as quais o *ciberativismo* tem ganhado força é pela capacidade de reunir um grande número de pessoas em curto espaço de tempo. A invenção de celulares com acesso à internet e computadores portáteis possibilita que milhões de pessoas entrem em contato com o mundo a qualquer instante do dia. Por esse motivo, os movimentos sociais optam por tal meio de disseminação de propostas, eventos, assuntos e estratégias que atingem um público cada vez maior. As fronteiras físicas de acesso aos ideais dos movimentos são quebradas pelo *ciberativismo*.

Paralelamente, o uso dos meios digitais pelos movimentos sociais tem causado uma mudança na organização destes. Se antes um movimento social era composto por pessoas que estavam

geograficamente próximas e usualmente dirigidas verticalmente, atualmente consta-se uma horizontalidade na forma como os movimentos sociais se associam e uma descentralização na sua organização. A possibilidade das pessoas entrarem no mundo cibernético rompe com os modelos alicerçados em volta de um líder ou uma figura que oriente o movimento.

Outrossim, o *ciberativismo* pode ser visto como uma nova forma de participação democrática que permite aos cidadãos novas formas de agenciamento na esfera política e social. A livre divulgação de informação, a conscientização sobre assuntos não expostos pela mídia tradicional, a criação de petições *online* podem ser vistas como novos canais ou ferramentas que facilitam a participação dos cidadãos na esfera pública. Neste sentido, o *ciberativismo* viabiliza a agência dos indivíduos e retira o poder único das câmaras e assembleias de deliberar sobre assuntos políticos. A utilização dos meios digitais pelos movimentos sociais impulsiona a democracia por ser uma forma de comunicação plural e aberta a todos.

Utilizado de maneira progressiva por ONGs e por cidadãos comuns, o ciberativismo é, por excelência, um meio precípua de fomentar o exercício da cidadania na rede e de pressionar governos e corporações a promoverem ações a partir de vozes atomizadas que se somam acerca de um interesse comum, geralmente causas de cunho social, político ou ambiental. (DINIZ; CALEIRO, 2011, p. 42)

Embora o *ciberativismo* abra espaço para formas mais democráticas de participação política, facilitando a troca de informação pelo mundo, fomentando a livre expressão e criando formas horizontais de engajamento nos movimentos sociais, isso não significa que pode ser desvinculado do ativismo concreto que ocorre nas ruas. A participação *offline*, materializada em greves, marchas, ocupações e outras formas de visibilidade física, é fundamental para que as mudanças propostas pelas mobilizações sociais se consolidem. Sendo assim, o *ciberativismo* pode ser entendido como um complemento às estratégias físicas de luta dos movimentos sociais.

Um notável exemplo foram as manifestações de Junho de 2013, as quais levaram milhares de brasileiros a ocupar ruas e praças públicas de diversas cidades do Brasil. As manifestações demonstraram uma grande insatisfação com as políticas públicas do governo com respeito a educação, saúde, transporte público e corrupção. Elas foram, em grande medida, organizadas pelo *ciberativismo* e servem como exemplo de como esta ferramenta consegue mobilizar os indivíduos em prol de interesses comuns.

As manifestações começaram em São Paulo com o Movimento Passe Livre, o qual procurava combater o aumento das tarifas de ônibus na cidade. A repressão da Polícia Militar contra

os manifestantes foi rapidamente veiculada através das redes sociais, onde fotos e vídeos dos próprios manifestantes foram compartilhados mostrando-os sendo agredidos, fato que causou grande descontentamento e revolta. Como consequência, foram marcados via redes sociais outras manifestações. Rapidamente, alastraram-se manifestações pelo Brasil, sendo a grande maioria organizada pela internet.

Desta maneira, as manifestações de junho adquiriram uma forma heterogênea de pautas e temas, sem um líder que as orientassem. Vários movimentos sociais utilizaram o *ciberativismo* durante os protestos de junho para divulgar suas pautas e organizar cidadãos a protestar contra metas específicas. O *ciberativismo*, assim, cumpre com o objetivo de aumentar a velocidade e diminuir a distância da transmissão de informação, acarretando, posteriormente, em manifestações públicas em massa.

Capítulo IV: Mobilizações na realidade atual

Dois grupos se fazem marcantes no cenário atual: o Anonymous e o Black Bloc; grupos que surgiram com força após o início das manifestações de Junho de 2013 e que foram os centros mobilizadores do que restou das movimentações nos meses seguintes. Os dois grupos apareciam em grande número nas manifestações, principalmente na luta direta contra a repressão policial ou na destruição de símbolos, além de serem os responsáveis por criarem páginas na internet convidando internautas, mostrando vídeos e explicando seus objetivos e seu funcionamento.

Ambos, embora não sejam organizados e contínuos, atuam à parte da política formal, estabelecendo limites de atitudes e objetivos comuns; eles possuem características de descentralização e ideais libertários e funcionam junto da sociedade em grandes mobilizações, além de colocar a internet como órgão essencial de sua horizontalização. Articulam-se como redes coletivas, convergindo o interesse de milhares de indivíduos de contextos e ideais de vida diferentes em prol de uma reivindicação, visando a transformações sistêmicas, com fortes ações em mobilizações.

1. Anonymous: Embora muitos meios de comunicação rotulem os Anonymous de *hackers*, podemos encontrar procedimentos e ações que os categorizam como ativistas políticos. Importa compreender a articulação horizontal deste grupo para, então, entender o efeito de suas ações no mundo político e social. “O Anonymous não é um grupo fechado, mas uma ideia, e todos que compartilham dessa ideia são Anonymous, e não do Anonymous”. (FARFALLA, 2013). A lógica de funcionamento do grupo não é baseada em um líder que determina os objetivos do movimento, mas em uma mobilização

em redes no qual cada pessoa está livre para ajudar a pautar novas formas de combate político.

Os Anonymous ajudaram a divulgar informações não veiculadas pela mídia tradicional a respeito das manifestações dos protestos no Brasil. O grupo procura romper com a monopolização da transmissão de informação, dando voz aos participantes dos tumultos populares e mobilizações sociais que acontecem no país. Algo que mostra o caráter reivindicativo deste movimento social se deu no dia 13 de julho de 2014, quando os Anonymous retiraram do ar a página da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e colocaram uma imagem denunciando o aumento da tarifa de ônibus, trem e metrô em São Paulo, convocando as pessoas a uma concentração contra o aumento da tarifa no Teatro Municipal de São Paulo (MENEZES, 2013). Aqui podemos ver como os Anonymous tiveram um objetivo político; no caso, diminuir o aumento da tarifa de ônibus - e utilizaram a ferramenta do *ciberativismo* para que a população saiba das suas reivindicações.

Ao mesmo tempo, viram-se nas ruas durante as manifestações de junho de 2013 muitas pessoas usando a máscara branca de Guy Fawkes, usada como símbolo dos Anonymous em seus perfis eletrônicos e seus vídeos. Estes manifestantes mascarados estariam divididos entre os que brandiam as cores da bandeira brasileira ou de bandeiras internacionais (como Tunísia e Turquia, alvo de protestos à época), e aqueles que tinham ações mais agressivas, confrontando até mesmo diretamente a polícia, juntando-se aos outros mascarados. A venda de máscaras virou moda (SAYURI, 2013), fazendo com que se tornasse difícil entender como tratar destes mascarados pop; entretanto, com o passar do tempo, devido à forte repressão policial, retirando o clima carnavalesco das manifestações, também devido a páginas educativas da internet, delimitou-se melhor quem realmente se identificava com esta “ideia”.

Assim, podemos entender que a dependência cada vez maior da internet como meio de comunicação tem criado espaço para que grupos políticos se articulem dentro dela. As nossas relações sociais são cada vez mais influenciadas pelo uso da internet, dos *smartphones* e dos outros meios virtuais que nos vinculam a outras esferas da vida. Os Anonymous entram nesse mundo como movimento social que demanda que as liberdades do mundo virtual não sejam atropeladas por políticas de censura ou corporações que bloqueiam o acesso ao conhecimento público, além de denúncias aos atos do governo brasileiro; ele é um movimento que surge para atender as necessidades do mundo tecnológico. Podemos dizer que, da mesma forma que é necessário ter movimentos nas ruas, é preciso que existam movimentos sociais que lutem no campo virtual.

2. A tática black bloc: Este grupo se refere àqueles que utilizam da tática black bloc, e é composto por pequenos grupos

de afinidade, muitas vezes organizados no próprio momento da manifestação, os quais atuam de forma independente dentro destas (TAKAHASHI, 2013). Não seria exatamente uma organização, mas uma ideia, uma tática de autodefesa contra a violência policial, além de forma de protesto estético baseada na depredação de símbolos do estado e do capitalismo. A dinâmica black bloc remete a uma rede descentralizada ao invés de um movimento orgânico e coeso. Utilizada primeiramente pelos movimentos autonomistas da Itália e da Alemanha, é muito presente na Europa e EUA, e mais recentemente nos países árabes, contudo nunca havia encontrado condições para se desenvolver em solo brasileiro.

Em diversas capitais, as mobilizações de Junho de 2013 extrapolaram a capacidade organizativa dos grupos e movimentos que as desencadearam, criando movimentos multicêntricos onde caberiam diversas estratégias, táticas e narrativas mobilizadoras. Takahashi (2013) diz que, como na maioria das cidades, esse crescimento veio pela solidariedade popular pós-repressão fomentada pela violência policial, fato que levou a população indignada às ruas, e serviu como justificativa moral, segundo seus defensores, para a disseminação descentralizada da tática black bloc.

O jornalista conta, inclusive, que, na sexta-feira, 26 de julho de 2013, houve um ato na Avenida Paulista denominado "Ato em apoio aos irmãos cariocas versão sem pelegos"; este ato podendo ser considerado como um ponto de virada na narrativa do black bloc brasileiro. Pela primeira vez a ideia e a tática se manifestaram em sua plenitude na forma de manifestação direcionada para a destruição de propriedades privadas e públicas. Na página da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo na internet, o órgão dizia que a PM agiria "com a energia necessária para evitar atos criminosos," após agências bancárias e bases policiais terem sido danificadas na Avenida Paulista naquela sexta-feira. Foram detidos 20 manifestantes (TAKAHASHI, 2013).

Adeptos da estratégia anarquista black bloc se caracterizam por usar roupas e máscaras negras cobrindo o rosto, para dificultar a identificação por parte de autoridades, o que também criaria uma sensação de conjunto e união entre o grupo. A ideologia black bloc se basearia no questionamento da "ordem vigente", manifestando-se contra o capitalismo e a globalização (FERREIRA, 2013). Suas ações promovem o dano material a fachadas de empresas multinacionais e vidraças de bancos, por exemplo, e, por este motivo, são geralmente associados à violência e depredação, acabando, na maioria das vezes, entrando em confronto com a polícia. Em uma mesma manifestação, por exemplo, pode haver grupos distintos, com organização e táticas diferentes. Isto não significa filiar-se a uma organização ou movimento: eles apenas optaram por uma determinada tática de

luta. Nasceu como uma tática de luta como proteção a manifestações políticas e se desenvolveu de forma a lutar contra símbolos de opressão, caracterizando então uma ideologia anarquista contemporânea (FIUZA, 2013).

Conclusão

Como trata Ilse Scherer-Warren, “a realidade dos movimentos sociais é bastante dinâmica e (...) com a globalização e a informatização (...) tenderam a se diversificar e se complexificar” (2012, p.19), fazendo com que seja necessário atualizar o debate sobre os estudos dos movimentos sociais em face a novos atores e a novas formas de organização dentro do cenário político contemporâneo, já mais dinâmico.

Os black blocs e os Anonymous, dessa forma, constituem-se como movimentos sociais cujas características geraram debates acerca de sua identificação com o conceito que sugere essa denominação. Ainda que, em determinados aspectos, esses dois movimentos diferenciem-se dos principais movimentos que ocorriam até então (principalmente no que concerne à relação com o Estado, à institucionalização das práticas e à burocratização dos processos, se mostrando opostos a isto); por outro lado mostram uma identidade construída baseada em valores mínimos comuns, com definição de plano de ação junto à construção de um projeto de transformação sociocultural, características centrais para Ilse Scherer-Warren (2013), além de apresentarem características mais modernas, tais como sua não-hierarquização, não-centralização e globalidade.

Ademais, há, nos black blocs e nos Anonymous, elementos que conferem certa peculiaridade em sua constituição. O *ciberativismo*, difundindo a informação em grande alcance, unido a essa não-hierarquização em rede na organização das práticas desses movimentos, confere a estes uma característica muito mais fluída, espontânea e horizontal, alcançando indivíduos de variadas classes sociais, de diversos lugares do mundo e de múltiplos interesses. Isso acarreta em uma nova maneira de se configurar um movimento social, uma vez que já não é seguro utilizar termos como “organização” e “membros”, recriando a gama de possibilidades de associativismo. Além disso, seu desinteresse com a resolução dos problemas pelas vias da política formal, adotando práticas que escondem a identidade do ator, e que questionam diretamente o sistema econômico capitalista hegemônico e a repressão policial, por meio de performances que denotam violência e “vandalismo” se assemelham, em muito, aos movimentos sociais que repercutiram durante o Regime Militar no país.

Os black blocs e os Anonymous, assim, aparecem de fato como movimentos sociais evidenciando as características mais contemporâneas no debate sociológico no que concerne ao

associativismo em rede e o *ciberativismo*, ao mesmo tempo em que mantêm características vistas como centrais na definição de movimentos sociais através da história, já que possuíam um mínimo de características identitárias e objetivos unos, inclusive mostrando semelhanças com as formas de associativismos à época da ditadura militar, como a repressão policial e o uso de vias não institucionais de combate, diferentemente dos associativismos mais recentes.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. As teorias do movimentos sociais: um balanço do debate. **Revista Lua Nova**, São Paulo, 76:49-86, 2009, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>.

DINIZ, I. ; CALEIRO, M. Web 2.0 E Ciberativismo: o poder das redes na difusão de movimentos sociais. *Comunicação Social UFM*, Maranhão, Ano XIX - Nº 8, Jan./Jun, 2011.

FERREIRA, Flávio Machado. Entenda o que é o ativismo “Black Bloc” presente nas manifestações. **Folhapress**, publicado em 11/07/2013, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1309858-entenda-o-que-e-o-ativismo-black-bloc-presente-nas-manifestacoes.shtml>. Acessado em 16/09/2014.

FIUZA, Bruno. Os desafios dos Black Blocs no Brasil. **Pragmatismo Político**, publicado em 15/10/2013, disponível em: www.pragmatismopolitico.com.br/2013/10/desafios-black-blocs.html. Acessado em 16/09/2014.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: Uma introdução a Teoria do Ator-Rede**. Salvador/Bauru: EDUFBA/EDUSC, 2012.

LUCHMANN, Lígia H. H.; SELL, Carlos Eduardo; BORBA, Julian (org.). **Movimentos Sociais, participação e reconhecimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

MENEZES, Bruno. Anonymous invadem site do governo de São Paulo para apoiar protesto da passagem. **Epoch Times**, publicado em 19 de junho de 2013, disponível em: <http://www.epochtimes.com.br/anonymous-invadem-site-do-governo-de-sao-paulo-para-apoiar-protesto-da-passagem/#.VBi7hPldWWN>. Acessado em 16/09/2014.

RIBEIRO, Ednaldo. Valores Pós-Materialistas e adesão normativa á democracia entre os brasileiros. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, p.103-133, jul. 2008.

RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcante. **Redes e ciberativismo: Notas para uma análise do centro de mídia independente**. In: I seminário interno do grupo de pesquisa em cibercidades, FACOM-UFBA. Outubro de 2003.

SAYURI, Juliana. Anonymous quem? **Estadão**, publicado em 22 de junho de 2013, disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,anonymous-quem,1045696>. Acessado em 16/09/2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes Emancipatórias**: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Editora Appris, 2012.

SCOCUGLIA, Afonso C.; JEZINE, Edineide (Org.). **Educação popular e movimentos sociais**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à Sociologia Política**: Política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

SOARES, Luiz. [Grupo Anonymous: quem são e como se organizam?](http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/06/grupo-anonymous-quem-sao-e-como-se-organizam.html) **Pragmatismo Político**, publicado em 25/06/2013, disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/06/grupo-anonymous-quem-sao-e-como-se-organizam.html>. Acessado em 16/09/2013.

STRESSER, Ronald. Ciberativismo – A política 2.0. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/132068587/CIBERATIVISMO-A-POLITICA-2-0-Ronald-S-Stresser-Jr>

TAKAHASHI, André. O Black Bloc e a resposta à violência policial. **Revista Carta Capital**, publicado na versão eletrônica em 31/07/2013, disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-black-bloc-e-a-resposta-a-violencia-policial-1690.html>. Acessado em 16/09/2014.

Comunicado na página “oficial” dos Black Blocs do Rio de Janeiro no Facebook *In*: Black Blocs fazem autocrítica: “descontrole imbecil”. **Diário do Centro do Mundo**, publicado em 28/08/2013, disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/9-black-blocs-fazem-autocritica-descontrole-imbecil/>. Acessado em 16/09/2014.

Entrevista “Não há violência no Black Bloc. Há performance”. **Revista Carta Capital** *In*: Instituto Humanitas Unisinos, publicado em 05/08/2013, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/522441-nao-ha-violencia-no-black-bloc-ha-performance>. Acessado em 16/09/2014.